

AIRR 579/2003-080-03-40 – 3ª Turma – DJU de 25.04.2008

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. 1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA. Não cabe recurso de revista por violação de dispositivo legal ou constitucional, quando sua verificação dependa antes, da interpretação de outros dispositivos não evocados nas razões do recurso (art. 896, "c", da CLT). Essa é a hipótese dos autos, pois para se aferir a violação do art. 5º, LIII, da Constituição Federal, seria necessário antes, verificar a correta aplicação do art. 114 do mesmo texto. **2. FISCALIZAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PRECEDIDA DE INQUÉRITO CIVIL. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO GARANTIDO.** O poder de polícia conferido aos fiscais do trabalho autoriza a lavratura de autos de infração, contra os quais cabe recurso administrativo. Todavia, caso não se tenha observado, no âmbito administrativo, o princípio do contraditório e da ampla defesa, cabe à parte se socorrer de ação própria, nos termos do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. **A partir do ajuizamento da ação civil pública, precedida de inquérito civil, o contraditório e a ampla defesa são garantidos, no âmbito do Poder Judiciário, não havendo que se cogitar de falhas porventura ocorridas no processo administrativo.** Ileso, pois, o art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. **3. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DENÚNCIA DE FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVENTUAIS POR MEIO DE COOPERATIVA DE TRABALHO. CONCESSÃO DE LIMINAR.** A condenação na obrigação não fazer e a concessão da liminar visam a coibir o empregador de incorrer em novas contratações, com as mesmas características detectadas. Não se caracteriza, portanto, a violação dos arts. 5º, II, e 170, da Constituição Federal. Por outro lado, não se caracteriza violação dos arts. 37, *caput* e XXI, e 173, parágrafo 1º, III, da Constituição Federal, uma vez que ficou devidamente comprovado nos autos que as contratações eram irregulares. A decisão está em harmonia com a jurisprudência consubstanciada na Súmula 331 desta Corte. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

AIRR 94140-85.2005.5.23.0066 Data de Julgamento: 17/12/2008, Relator Ministro: Carlos Alberto Reis de Paula, 3ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 27/02/2009.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NULIDADE DO INQUÉRITO CIVIL. DANO MORAL COLETIVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. Agravo de Instrumento a que se **nega provimento**, porquanto não desconstituídos os fundamentos do despacho em que se denegou seguimento ao Recurso de Revista.

RECURSO DE REVISTA. 1. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de examinar a preliminar, com base no art. 249, § 2º, do CPC. **2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. LAUDO DE INSPEÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. MEIO DE PROVA. VALIDADE.** À luz do disposto no art. 364 do CPC, os documentos públicos gozam de presunção de legitimidade e somente podem ser desconstituídos por meio de contraprova produzida pela parte adversa, não bastando para tanto, a singela impugnação. O laudo de inspeção do Ministério do Trabalho e as peças de inquérito civil público, promovido pelo Ministério Público do Trabalho, desfrutam de valor probante e, sem elementos que contradigam os fatos neles descritos, não podem ser ignorados como meios de prova. Recurso de revista conhecido e provido.

RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. O artigo 129, III, da CF confere legitimidade ao *Parquet* para tutelar os interesses difusos e coletivos, prevendo, ainda, em seu inciso IX, autorização ao Ministério Público para exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade. O e. Supremo Tribunal Federal já decidiu que os interesses **homogêneos** são espécie dos interesses coletivos, registrando a máxima Corte que Direitos ou interesses **homogêneos** são os que têm a mesma origem comum (art. 81, III, da Lei n 8.078, de 11 de setembro de 1990), constituindo-se em subespécie de direitos coletivos. (...) Quer se afirme interesses coletivos ou particularmente interesses **homogêneos**, *stricto sensu*, ambos estão cingidos a uma mesma base jurídica, sendo coletivos, explicitamente dizendo, porque são relativos a grupos, categorias ou classes de pessoas, que conquanto digam respeito às pessoas isoladamente, não se classificam como direitos individuais para o fim de ser vedada a sua defesa em ação civil pública, porque sua concepção finalística destina-se à proteção desses grupos, categorias ou classe de pessoas. (RE 163231 / SP - São Paulo, Relator Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 29-06-2001). Nesse contexto, correta a decisão do TRT que reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ação civil pública cujo objeto é proibir o empregador de obstruir o registro pelos empregados da efetiva jornada de trabalho praticada. **INQUÉRITO CIVIL. AÇÃO INVESTIGATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.** O Ministério do Trabalho, fiscalizando a reclamada, constatou a contratação de estudantes de nível médio para desempenho de funções específicas dos empregados da empresa, em fraude à lei reguladora do estágio. Em consequência foi instaurado procedimento investigatório pelo Ministério Público do Trabalho, com audiências com vista à pronta solução do problema detectado. Sem êxito qualquer conciliação, foi

ajuizada Ação Civil Pública. A pretensão do empregador de ver anulado o inquérito não procede. A uma, porque se trata de procedimento administrativo, cuja característica é a informalidade, a duas, porque, conforme registrado pelo TRT, durante a investigação do Ministério do Trabalho e o procedimento do *Parquet*, fora observado o devido processo legal, oportunizando-se ampla defesa e contraditório à Ré. Daí a inconsistência da denúncia de lesão ao artigo 5º, incisos LV e LVI da Constituição da República. Recurso de revista não conhecido.

Processo Nº AIRR-127-42.2010.5.08.0000 - Publicação: DEJT 07.10.2011

Relator: Min. Horácio Raymundo de Senna Pires

Agravante: Luiz Carlos da Silva Bueno

Agravado: Ministério Público do Trabalho da 8ª Região

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA - Não caracteriza cerceamento do direito de defesa o indeferimento de oitiva de testemunha se existir nos autos elementos de convencimento do julgador. Consoante o artigo 130 do CPC, cabe ao magistrado determinar quais provas são essenciais à instrução do processo, indeferindo as diligências que considere inúteis à elucidação da controvérsia. A esse dispositivo soma-se o artigo 131 do CPC, pelo qual o juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias dos autos e motivando as razões de seu convencimento. Foi o que se evidenciou no feito. Indene, pois, o artigo 5º, LV, da Constituição Federal. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

RR 36800-90.2005.5.01.0004 - Publicação: DEJT 21.10.2011

Relator: Min. Emmanoel Pereira

Recorrente: Editora Abril S.A.

Recorrido: Ministério Público do Trabalho da 1ª Região

EMENTA: RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

O Tribunal Regional de origem esgotou a apreciação da matéria, tendo consignado os fundamentos que lhe formaram a convicção, bem como discutido as questões relevantes para o deslinde da controvérsia, configurando-se, assim, a efetiva prestação jurisdicional. **Não conhecido.**

LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

Conforme assenta tranquila jurisprudência dessa Corte, o Ministério Público do Trabalho é parte legítima para promover ação civil pública fundada em violação de direitos coletivos - coletivos, difusos, individuais homogêneos - decorrentes da relação de trabalho. Precedentes. **Não conhecido.**

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA.

Por força do disposto no artigo 130 do CPC, cabe ao Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, determinar as provas necessárias à instrução do processo, bem como indeferir diligências inúteis ou meramente protelatórias. No caso em tela, a oitiva de testemunha ou as perguntas indeferidas, em nada acrescentaria ou esclareceria a respeito de aspectos relevantes à composição do litígio, uma vez que o Regional considerou que as mesmas se revelariam *inúteis, conforme se infere claramente da fundamentação*. O indeferimento da oitiva da testemunha e o indeferimento de perguntas corresponderam ao regular exercício da direção do processo pelo magistrado de origem. **Não conhecido.**

NULIDADE. JULGAMENTO EXTRA PETITA.

O Ministério Público do Trabalho pretendia que a empresa se abstinhasse de contratar trabalhadores sob a fachada de representação comercial. Nesse sentido, a decisão determinou a abstenção da prática, a partir da tutela antecipada concedida. Ou seja, a partir daí a empresa não mais poderia contratar tais representantes comerciais e, por óbvio, também a partir desse momento, deveria proceder de forma regular, na forma da CLT, na contratação de seus trabalhadores. A decisão, como se vê, observou estritamente os limites do pedido, restando intactos os dispositivos mencionados. **Não conhecido.**

VÍNCULO DE EMPREGO. REPRESENTANTE COMERCIAL AUTÔNOMO.

A matéria tem contornos nitidamente fáticos, motivo pelo qual, para se entender que não estão presentes os requisitos formadores da relação de emprego, seria necessário novo exame dos fatos e provas dos autos, o que é vedado nesta instância recursal. Incidência da Súmula 126, desta Corte. **Não conhecido.**

REVOGAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA.

Observa-se do acórdão que o Regional não examinou a matéria regulada pelos artigos 273, §2º e 3º, e a parte não procurou obter o necessário pronunciamento sobre sua aplicação no caso concreto. Por isso, incide, na espécie, o óbice contido na Súmula nº 297 do TST. **Não conhecido.**

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER.

A condenação foi mantida, motivo pelo qual não há que se falar em reforma do acessório - multa. Intacto, portanto, o artigo 92, do CC. Quanto a redução do seu valor, observa-se que as *astreintes* devem ser fixadas em valores significativos o suficiente para compelir a parte a satisfazer a obrigação, seja ela de fazer ou não fazer, o quanto antes. Por outro lado, destaca-se que a decisão está em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista a relevância social da demanda. **Não conhecido.**

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.

Nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 130, da SBDI-2, *para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra -regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal*. Evidente, pois, que, **uma vez ajuizada a ação perante uma Vara do Trabalho da Capital, os efeitos da decisão devem abranger todo o Estado.** Não conhecido.

EMBARGOS PROTETATÓRIOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

A condenação por multa de litigância de má-fé e honorários advocatícios, teve por base tão-somente o caráter protetatório da oposição de embargos de declaração. No entanto, para isso, existe regramento próprio, prevista no parágrafo único, do artigo 538, do CPC. Não foram identificados, pela Corte revisora, quais outros atos processuais amparavam a aplicação da penalidade por litigância de má-fé. Inviável, portanto, a cumulação dos institutos. Precedentes. **Conhecido e provido, no particular.**

AIRR 612200-75.2009.5.12.0014 – Publicação: DEJT 09.11.2012

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

Agravante: VALDAC LTDA.

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. PROVA EMPRESTADA. 2. ASTREINTES. REDUÇÃO DO VALOR (ARESTOS INSERVÍVEIS). DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. É possível a utilização de prova emprestada em ação trabalhista desde que presente a similitude dos fatos e seja colhida sobre o crivo do contraditório, com a participação daquele contra quem se deva operar. Ressalte-se que **todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não legalmente especificados, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação ou a defesa** (art. 332 do CPC). Sendo o Juiz o destinatário da prova, pode, inclusive, dispensar diligências que entender inúteis (arts. 765 da CLT c/c 130 e 131 do CPC). No caso dos autos, o Tribunal Regional, ao manter a decisão de primeiro grau, concluiu pela licitude formal da prova, ao fundamento de que a parte participou de sua produção nos autos da reclamação trabalhista 8.095/2007, sendo, portanto, produzida com respeito à garantia do contraditório. Não se constata, pois, violação dos dispositivos invocados. Sendo assim, inviável o processamento do recurso de revista quando as razões expendidas no agravo de instrumento não logram infirmar os termos da decisão denegatória, que subsistem por seus próprios fundamentos **Agravo de instrumento desprovido.**

Ag-AIRR 2643540-35.2001.5.11.0006 – Publicação: DEJT 14.12.2012

Relator: Min. Waldir Oliveira da Costa

Agravante: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO PELO INDEFERIMENTO DE PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. Nega-se provimento ao agravo que não consegue deconstituir a decisão proferida no agravo de instrumento, uma vez que não se configurou a violação dos arts. 832 da CLT, 249, § 2º, 560 e 561, do CPC, e 5º, II, 7º, LV

e 93, IX, da Constituição Federal, tendo em vista que não demonstrado o alegado cerceamento de defesa, em face do reconhecimento da preclusão temporal acerca da produção de prova oral e de manifestação quanto à prova documental. **Agravo a que se nega provimento.**